



Pensando a mudança de um currículo monoepistêmico para um currículo pluriepistêmico: um ensaio sobre a fricção

Emerson Costa Carvalho Souza¹

Resumo

A ideia central desse ensaio é considerar quais mecanismos poderiam ser acionados quando pensamos a passagem de um campo de ensino monoepistêmico para um campo pluriepistêmico, no qual a inclusão seria o seu princípio fundamental. Para refletirmos sobre as inúmeras possibilidades de se fazer essa passagem, recupera-se nesse texto dois conceitos que guiaram o debate. O primeiro deles será o *epistemômetro*, cunhado pelo antropólogo brasileiro José Jorge de Carvalho, no texto “*epistemômetro: uma metodologia para a descolonização e transformação do currículo das universidades brasileiras*” de 2023. O segundo, será o de *fricção*, postulado por Roberto Cardoso de Oliveira, no seu livro “*o índio e o mundo dos brancos*” publicado em 1964. Entende-se nesse ensaio que quando falamos de uma passagem monoepistêmica para uma pluriepistêmica, não estamos descartando toda a produção ocidental, o que se defende é a inclusão de novas formas e fontes. A ideia de complementariedade é o que talvez melhor sintetize essa discussão, visto que a pluralidade dos saberes complementarizará uns aos outros na medida em que dada realidade escape àquela determinada teoria. Modificar o currículo não está necessariamente vinculado a essa noção de substituição de um em detrimento do outro, a atenção para a multiplicidade é o que elucida a finalidade do epistemômetro e não um evidente rompimento com o currículo em si.

Palavras-chave: Currículo Pluriepistêmico, Fricção, Saberes Múltiplos.

¹ Mestrando em Antropologia Social. Universidade de Brasília-UNB. Email: emersoncosta1444@hotmail.com

Introdução

O presente ensaio tem como base trazer para o debate elementos que possam servir como ferramentas para uma possível mudança nos currículos acadêmicos brasileiro. A ideia central aqui é de friccionar os corpos para que ambos sejam afetados e assim produza não um terceiro, mas dois corpos tocados pela diferença, na qual esse suposto “novos dois” seriam mais diversos e inclusivos. A proposta é incorporar nos currículos outras epistemes para além daquelas ocidentais, onde seriam-se somadas aos projetos já existentes, outros saberes, como por exemplos os indígenas e afro diaspóricos. Para deixar muito bem demarcado para o leitor, inserir novas epistemes não implica necessariamente na exclusão das primeiras, mas sim uma possível soma de conteúdos que poderiam aprimorar a capacidade interpretativa do mundo e suas inúmeras possibilidades. Outro ponto de atenção evidenciado nesse ensaio é o olhar não apenas para a inclusão dessas temáticas (algo que já vem sendo feito), mas a incorporação concreta desses sujeitos que fazem parte desses grupos, para que a partir de suas presenças a mudança seja de fato efetiva. Esse escrito de uma forma bem geral tem como plano de fundo um ideário que busca alcançar em maior ou menor nível a justiça social, possibilitando assim que as inúmeras formas de conhecimento tenham a sua legitimidade e aplicabilidade científica reconhecidas.

Como já dito anteriormente a ideia central desse ensaio é considerar quais mecanismos poderiam ser acionados quando pensamos a passagem de um campo de ensino monoepistêmico para um campo pluriépistêmico, no qual a inclusão seria o seu princípio fundamental.

Portanto, para refletirmos sobre as inúmeras possibilidades de se fazer essa passagem, recupera-se nesse texto dois conceitos que guiaram o debate. O primeiro deles será o *epistemômetro*, cunhado pelo antropólogo brasileiro José Jorge de Carvalho, no texto “*epistemômetro. Uma metodologia para a descolonização e transformação do currículo das universidades brasileiras*” de 2023. O segundo também criado por um antropólogo brasileiro, será o de *fricção*, postulado por Roberto Cardoso de Oliveira, no seu livro “*o índio e o mundo dos brancos*” publicado em 1964.

Como uma tentativa de situar os conceitos para depois articulá-los à proposta em questão, irei passar rapidamente por cada um deles de modo que fique bem delimitado o que será recuperado em cada um.

O epistemômetro

O epistemômetro pode ser entendido como uma ferramenta metodológica que é capaz de nos auxiliar no processo de reconhecimento de características subliminares da colonialidade existentes por trás do currículo por exemplo. De uma forma mais completa e nas palavras do próprio autor, temos que:

O epistemômetro consiste em contrastar os temas, as abordagens e os modos de organização do conhecimento (as epistemes) que vêm do mundo ocidental e que nós tomamos como próprias, com os temas, as abordagens e os modos de organização do conhecimento que são utilizadas pelos nossos povos e comunidades tradicionais. (carvalho, 2023, p.21).

É preciso um olhar mais atencioso quando se pensa a inclusão partindo de um olhar que visa alterar o currículo, visto que esta pode não ser representativa de fato. Para incluir é preciso que essa seja efetiva, e que a partir disso possa surtir efeitos mobilizadores.

A utilização do epistemômetro nos aponta para a adesão de um campo epistêmico que de conta das complexidades muito próprias do nosso país, visto que, epistemes ocidentais não podem ou não deveriam ser encaradas como universais. “em suma, mais que um método universal de medida de qualquer padrão epistêmico, o epistemômetro visa circunscrever as características do eurocentrismo especificamente brasileiro, e não da configuração da epistemologia ocidental moderna como um todo.” (carvalho, 2023, p.11).

As teorias são como molduras que tentam em algum nível dar conta das múltiplas realidades, entretanto existem molduras que são limitadas a amplitudes de uma realidade muito mais ampla, e é isso que o epistemômetro nos vem a alertar. Quando expandimos o currículo a partir das incontáveis maneiras de ver o mundo podemos visualizá-lo de maneira mais generosa.

O epistemômetro nos revela as condições e os limites do diálogo que podemos estabelecer com os acadêmicos ocidentais. Obviamente, não se trata de defender nenhuma xenofobia epistêmica ou intelectual em geral, mas de colocar as condições para que possamos realizar no Brasil o mesmo que os europeus e os norte-americanos realizam nos seus países: gerar pensamento novo, próprio, seja nas ciências exatas, nas artes, nas humanidades ou nas ciências sociais. (carvalho, 2023, p.10).

Gerar pensamento novo ou próprio como diz o autor, é o mesmo que dizer que devemos pensar as nossas problemáticas a partir dos nossos próprios termos, evitando perder a complexidade da análise às custas de traduções teóricas. O que me refiro aqui é aquela clássica tentativa de encaixar a realidade brasileira em teorizações produzidas em contextos norte-americanos por exemplo. Traduzir a nossa realidade a partir de parâmetros distintos pode incorrer nesse suposto erro de tradução, assim também como certamente acontecerá se o movimento for o contrário.

A fricção

Quando passamos para roberto cardoso de oliveira, vê-se que o autor está tratando nesse texto (“*o índio e o mundo dos brancos*”) a fricção interétnica, ou seja, o conflito entre duas ou mais etnias que compartilham o mesmo espaço. O encontro dessas diferenças enquanto produtor de elementos que podem adicionar ou retirar características próprias de cada grupo ou sujeito. A fricção desses dois inteiros por certo dará origem não a um terceiro, mas a dois inteiros modificados pelo contato, pelo conflito, pela fricção.

Como se vê, as sociedades em oposição, em fricção, possuem também dinâmicas próprias e suas próprias contradições. Daí entendermos a situação de contato com uma ‘totalidade sincrética’ ou, em outras palavras - como já escrevemos noutro lugar - enquanto situação de contato entre duas populações dialeticamente ‘unificadas’ através de interesse diametralmente oposto, ainda que interdependentes, por paradoxal que pareça. (oliveira, 1996, p.47).

Quando pensamos nesse contato é impossível não se ater na ordenação dessas duas partes (esse termo será majoritariamente utilizado nesse texto, mas o encontro pode ser entre mais partes), na qual uma sempre há de perder algo para outra no que se refere às trocas de elementos culturais que estão dispostos nos sujeitos e é acentuado nesse momento de fricção. Esses elementos vão se desdobrar em hierarquias a depender de quem são os sujeitos que os carregam, fazendo com que nesse processo uns “percam” mais signos do que outros, no qual, os que menos “perdem” se situam hierarquicamente na metade mais bem posicionada desse todo. A título de exemplo e pensando o próprio trabalho de oliveira, o “índio” seria a parte menos hierarquizada em relação ao “homem branco” nesse processo, sendo o primeiro o que perderia mais elementos dentro desse movimento.

entendo e trabalharei a partir disso lendo o conceito de fricção enquanto um campo, uma área, um momento pelo qual identidades múltiplas se encontram em uma zona comum produzindo de algum modo o conflito, conflito esse que diz respeito a forma pela qual cada metade será mais ou menos afetada pelo contato. A situação de contato pode ser entendida como de fato um momento de disputa, visto que em alguns casos (os indígenas por exemplo) esse “encontro” serviu de alguma maneira para a descaracterização desses sujeitos. “a sobrevivência de algumas sociedades tribais, se bem que descaracterizadas, não é suficiente para esconder o sentido destruidor do contato.” (oliveira, 1996, p.47). Em momentos de fricção muito pode se perder ou ganhar a depender dos mecanismos que são acionados, visto que estamos falando de uma área de conflitos. Algumas identidades podem ser postas a “jogo” como também outras podem ser “colocadas de lado” afim de não correr o risco de perder-se algo delas em determinado momento.

Diante desse estado de fricção, forçosamente ou inconscientemente, existe nesse contato como dito por roberto cardoso de oliveira, perdas, e essas perdas tendem a surgir do lado não hegemônico, aquele que tem a menor força enquanto grupo. Na dimensão de raça podemos observar o quanto a cultura negra perdeu em relação a identificação de si própria a partir da visão branca de mundo, fato esse bem trabalhado pôr chimamanda ngozi adichie no seu livro “*o perigo de uma história única*” de 2018. No livro fica evidente o quanto podemos nos identificar com um mundo que nem mesmo fazemos parte, tal feito acontece devido a existência de narrativas dominantes que fazem com que grupos dominados (as minorias sociais por exemplo) se vejam apenas nos lugares que lhes são delegados, e não consigam conceber outros mundos possíveis para além do que está posto para eles como a norma.

Com esse exemplo é importante pontuar que obviamente quem perde mais nesse processo são os sujeitos negros, entretanto, os brancos nesse movimento de “anular” as identificações do negro em relação a negro, perde em alguma medida a capacidade de si mesmo identificar com a complexidade do ser negro. O que quero dizer é que ao desconsiderar o negro, o branco deixa de incorporar a grandiosidade e a multiplicidade das epistemes negras, limitando o seu horizonte cognitivo àquilo já conhecido por eles.

O corpo e as suas possíveis implicações nesse campo

Com tudo isso contextualizado, passaremos a articular essa discussão com a ideia proposta para esse ensaio, como passaríamos de um campo do ensino monoepistêmico para um campo pluriépistêmico? A sugestão que se encara para essa pergunta é uma das infinitas que possam existir, visto que de fato é uma problemática que pode e deve ser pensada a partir de várias frentes. Quando pensamos em fricção como esse campo de conflito não podemos deixar de pensar o corpo como o responsável por esse contato. O corpo será o primeiro instrumento a se chocar nesse campo de embate. Pensando em um campo de ensino plural, quando o corpo se apresenta de maneiras diferentes, esse mesmo terá e sofrerá impactos pelo contato, como vimos anteriormente, afetará e será afetado. Como exemplo é possível visualizar como a presença do corpo da mulher na política gera impactos que a ausência desse corpo dificilmente geraria. É como pensar a inércia, que acaba quando se vê o diferente no horizonte.

Corpos entendidos como dissidentes (negros, gays, indígenas, quilombolas, dentre outros) quando acessam espaços onde predominantemente trafegam corpos hegemônicos tem como característica a capacidade de gerar um estranhamento, estranhamento esse que também pode ser positivo a depender de dado contexto. É nesse processo, do encontro com o “outro”, que o dissidente passa a se friccionar com os sujeitos que compõe a norma (corpos brancos, heteros, etc.). Seria supostamente nessa fricção que os corpos hegemônicos poderiam absorver traços desses sujeitos tão plurais. Desse modo, a pluralidade eventualmente seria possível em situação, ou seja, em contato, na qual mesmo perdendo elementos, também se ganharia. “se quisermos realmente entender o contato propriamente dito, teremos de fazê-lo em situação.” (oliveira, 1996, p.36).

Ao recorrermos aos processos que supostamente abarcaria essa passagem (mono-pluri), o autor José Jorge de Carvalho (2023) nos oferece um horizonte de possibilidades para que isso seja possível. Sem haver necessariamente uma ordem, poderíamos partir de pontos distintos para obter um resultado comum. Seguiremos com quatro momentos em que a alteração no currículo nos apresentaria um campo de ensino pluriépistêmico.

Primeiramente disporíamos da mudança temática como essencial nessa dinâmica. Quando pensamos por exemplo no corpo, é imprescindível que desvinculemos do nosso imaginário aquele sujeito branco, homem, hétero, magro, sem deficiências. A noção de

corpo precisa ser múltipla e não universalizante, visto que corpos distintos podem apresentar capacidades iguais ou até mesmo superiores aos entendidos como “melhores” e “mais capacitados”.

Em um segundo momento passaríamos para as perspectivas e vozes distintas advindas a partir da inserção de corpos diferentes. Tenho a impressão de que mutualmente um traria o outro para o debate, visto que, corpos deficientes possivelmente terão perspectivas distintas sobre o afeto, ou também sobre os acessos por exemplo. Esses novos corpos, ecoam novas vozes, produzindo assim novos debates e novos olhares sobre as diferenças.

pensando em um terceiro instante chegaríamos às abordagens. Qual seria uma abordagem adequada para se pensar o corpo? Sem dúvidas aquela que é capaz de interseccionar as diferenças, pontuando as particularidades de cada sujeito que as carregam. A pesquisadora brasileira carla akotirene (2020), nos apresenta no seu livro “*interseccionalidade*” a importância de elencar os marcadores sociais da diferença que cada indivíduo possui. Não existe apenas um tipo de mulher, esta pode ser uma mulher negra, branca, indígena; pobre ou rica; cisgênero ou transexual. Tais singularidades devem ser articuladas quando vai se pensar os grupos, e pensando em uma abordagem sobre o corpo, a interseccionalidade se mostra crucial como um mecanismo de inclusão.

Por fim, um quarto instante se daria por uma reflexão sobre qual seria a proposta civilizatória deste tipo de abordagem. Que tipo de mundo se visa construir? Quais são as implicações disso? São questões como essa que podem surgir desse momento. E de fato, quando pensamos a passagem de um campo de ensino monoepistêmico para um campo pluriépistêmico, o que se vislumbra é um mundo mais inclusivo, mais aberto ao diferente e mais tolerante às diferenças. Um currículo que valoriza somente um tipo de conhecimento, tende a excluir todas as outras formas de epistemes existentes, limitando a possibilidade de visualizar as infinitas maneiras de ver e ser no mundo, visto que, como bem postulado por stuart hall (2019), toda tentativa de criar unidades excluirá assim as suas formas de diversidade.

Pensar a descolonização do currículo a partir do corpo creio ser algo bastante frutífero para a área, visto que, corpos distintos trarão demandas distintas, fazendo com que eventualmente passássemos pelos pontos cruciais para a renovação deste. Teríamos

novos temas, novas perspectivas e vozes, novas abordagens e novas propostas civilizatórias para além daquelas ocidentais.

Algumas reflexões

Refletimos aqui sobre como o epistemomêtro é capaz de fazer com que detectemos as nuances subliminares da colonialidade por trás do currículo. A partir do instante que se detecta esses mecanismos é possível interferir para que mudanças estruturais possam replicar uma nova forma de produzir o conhecimento. Fundamentado a isso, discutimos como o corpo em estado de fricção, ou seja, de contato, de conflito pode gerar uma reformulação dos espaços. Haja vista que, nesse momento conflitante entre as partes que se encontram, existe a partir do contato a formação de um sujeito impactado pelo efeito do outro. Mesmo que haja perdas, há também ganhos nos quais esses podem refletir em um espaço mais plural. Tendo em mente que com a adesão de corpos múltiplos seria possível contemplar a produção de subseqüentes pluralidades, mesmo que em níveis não necessariamente expressivos, pois como bem evidenciado por oliveira, os sujeitos hegemônicos tendem a sofrer menos alterações nesse campo de fricção. Entretanto, mesmo sabendo disso, o impacto por mais que seja mínimo deve ser provocado nesses casos.

Como dito anteriormente em algum momento desse escrito, o que foi feito aqui ou pelo menos o que se pretendeu fazer, foi apresentar uma das inúmeras possibilidades de se efetuar uma passagem do campo do ensino que se solidificou enquanto monoepistêmico para um campo pluriépistêmico. Entendendo isso, o que se faz nesse ensaio é conjecturar possíveis efeitos para dadas situações, todavia é necessário ter em mente que a prática precisa de fato ser concretizada para constatar a sua efetividade e os seus reais impactos. Com tudo isso, fica evidenciado de algum modo a necessidade de pluralização desse campo que auxilia na formação sujeitos e suas maneiras de evidenciar o mundo. Enquanto predominar uma única forma de se fazer ciência (essa nos moldes ocidentais), perderemos em grande medida a grandiosidade que são os mundos, os indivíduos, e os seus infinitos desdobramentos. “à precedência incondicional da episteme ocidental por sobre qualquer outro tipo ou origem de saber podemos dar o nome de euroexclusivismo.” (carvalho, 2023, p.6). E é esse exclusivismo que limita o que se pretende nessa abordagem.

Para finalizar e talvez esclarecer possíveis questionamentos que possam surgir, quando falamos de uma passagem monoepistêmica para uma pluriépistêmica, não estamos descartando toda a produção ocidental, o que se defende é a inclusão de novas formas e fontes. A ideia de complementariedade é o que talvez mais sintetize isso, visto que a pluralidade dos saberes complementarizará uns aos outros na medida em que dada realidade escape àquela determinada teoria. Modificar o currículo não está necessariamente vinculado a essa noção de substituição de um em detrimento do outro, a atenção para a multiplicidade é o que elucida a finalidade do epistemomêtro e não um evidente rompimento.

As imagens a seguir são modelos inspirados nos criados por José Jorge de Carvalho (2023) a título de ilustração para o que foi e está sendo dito. De antemão comunico que são apenas esboços de algo mais completo e mais elaborado feito pelo autor, o intuito aqui é trazer para o campo da visão (uma tentativa talvez de deixar a argumentação mais inteligível) a proposta que se defende e que por alguns sujeitos pode soar como abstratas.

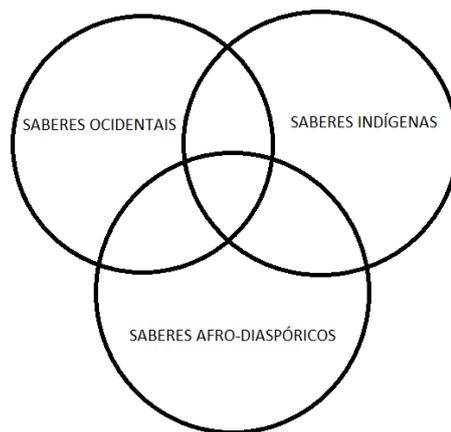
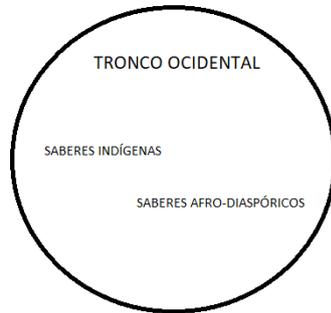


Imagem 1: exemplificação do que seria o encontro de saberes
Fonte: imagens produzidas pelo autor inspiradas nas imagens contidas no texto
analisado (2023).

Na primeira imagem observa-se os saberes não hegemônicos (afro-diaspórico e indígena) dentro de um círculo maior que denota a episteme ocidental. Já na segunda imagem vemos esse todo se integrando, sem existir obrigatoriamente um campo que se sobressaia em relação ao outro. Em síntese e para concluir, é disso que se trata o debate, incluir para que seja possível pluralizar.

Outras ponderações

Tendo como pressuposto que a realidade humana é contingente às teorias, ou seja, as mesmas não dão conta de abarcar a totalidade do mundo, pensemos que a ideia de uma pluriepistêmia seja de alguma importância ao serem incorporadas nessas teorias já existentes e que em diferentes níveis deixa escapar de suas lentes uma infinidade de outras elaborações possíveis.

A junção de várias formas de interpretar o mundo pode nos oferecer um panorama maior e mais elaborado sobre as mais diferentes realidades concretas.

As teorias são na minha interpretação espécies de molduras nas quais demarcam o espaço (o limite) até onde determinada foto ou pintura deve-se estender. Tenho que as molduras ocidentais mesmo na sua completude deixa em algum nível de abarcar as cenas (aqui no sentido artístico) que os mundos em suas complexidades nos apresentam. Com a inclusão de uma diversidade epistêmica essas molduras ganhariam dimensões maiores, conseguindo englobar em seus enquadramentos um horizonte mais amplo de análise e compreensão.

Recuperando uma das citações de sahlins, vemos que “a cultura pode até estabelecer condições para o processo histórico, mas é dissolvida e reformulada na prática material”. (sahlins, 2008, p. 27). Mesmo que ele esteja se tratando de um contexto diferente podemos nos apropriar dos seus dizeres para incorporar na nossa análise aqui pretendida. Mesmo que a cultura (com todas as suas normas) tenha uma força muito grande sobre os sujeitos, é na materialidade do dia a dia que essas normas podem perder ou ganhar forças. A prática da vida cotidiana pode alterar estruturas a depender das demandas do espaço e do tempo pelas quais aqueles agentes estão inseridos. A mudança de um currículo mesmo que esse seja por uma maioria entendido como consagrado pode em diferentes níveis sofrer alterações quando demandas temporais surgem no caminho. Corpos empenhados nesse processo (na prática material) é um dos fatores que podem

operar e então projetar mudanças em uma cultura que por muito tempo foi e ainda é hegemônica, entretanto, como bem se sabe nenhuma cultura é estática, mas sim dinâmica, e justamente por isso está suscetível às mudanças.

Resgatando um dos muitos argumentos que se utilizam para refutar esse empreendimento que se pretende inclusivo, temos a deslegitimação dos “novos” tipos de conhecimentos e saberes. Dizer que são menos científicos, que são menos acadêmicos é a meu ver um atestado de que não leram “*o pensamento selvagem*” de claudé lévi-strauss (1989). Todo conhecimento é em alguma medida esquematizado e por isso muito bem elaborado, nesse caso, serem diferentes entre si, não pode e não deve servir como justificativa para hierarquizá-los enquanto inferiores no contraste com o tipo de conhecimento ocidental. Epistemologias ocidentais, indígenas e afro diaspóricas diferem entre si apenas em forma (no modo pela qual cada um produz seus conhecimentos), mas em conteúdo não, visto que, todos estão buscando maneiras de compreender e dar sentido para as realidades nas quais estão inseridos. O que acontece é que cada uma só pode dar conta de fato da sua realidade (a analogia da moldura), entretanto, o que o pensamento ocidental faz é generalizar o seu tipo de conhecimento para ler e interpretar todos os grupos existentes. É nesse processo que a sua pretensão se torna falha, deixando escapar de suas molduras uma infinidade de outros mundos. Incorporar essas outras epistemes nos currículos é dar a possibilidade de que outros mundos possam ser vistos a partir de suas próprias lentes, sem deixar turva a visão de sua completude.

Quando falamos de mudanças e principalmente de mudanças estruturais não se pode deixar de colocar em análise a noção de prestígio e poder. É possível evidenciar que existe um prestígio muito grande em relação àqueles que falam inglês, que se formaram em grandes universidades norte americanas, etc. Com isso, questionar os tipos de conhecimentos que lá e por eles são produzidos é sem sombra de dúvidas colocar em xeque o prestígio desses sujeitos. Afinal o que isso tem a ver com a análise? Respondendo a essa pergunta eu lanço outra, onde estão as pessoas que adquiriram esse tipo de conhecimento? Estão por de trás e nas frentes das instituições de ensino, são os professores, os coordenadores, os reitores. São esses sujeitos que veem os seus espaços de poder e de prestígio serem “ameaçados” pela inclusão de um corpo docente multi-representativo. Esse “novo” conhecimento mexe com o lugar de estabilidade em que esses indivíduos se debruçam, colocam em xeque os seus próprios conhecimentos, e por isso

os fazem temer a essa ideia. Quem não está pronto para ser questionado dificilmente estará pronto para ser inclusivo, exatamente porque questionar significa repensar o seu lugar no mundo e os impactos disso, e talvez assimilar tal fato possa apresentar uma problemática, na qual esse indivíduo não esteja disposto a lidar devido a desestabilização que o processo de rever privilégios possa lhe causar, afetando diretamente o poder que o mesmo detém ou manuseia.

Havia citado anteriormente a intelectual brasileira carla akotirene (2020) ao falar de interseccionalidade. Com o intuito de aprofundar a citação inicial, trago patricia hill collins (2017), com a defesa da interseccionalidade como política emancipatória. A autora logo no início do seu texto intitulado *“se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.”* Recupera a ativista americana june jordan. “ou a liberdade é indivisível ou não é nada além da repetição de slogans e avanços temporários, míopes e passageiros, para poucos. Ou a liberdade é indivisível e trabalhamos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus”. (jordan, 1992, p. 190).

A ideia de liberdade aplicada ao contexto desse ensaio diz respeito a possibilidade de uma ocupação menos desigual nos espaços de poder e de prestígio ao que se refere ao campo do ensino, visto que, tal fato implicaria em uma mudança de perspectivas e paradigmas.

Nesse texto em questão a autora problematiza o fato do termo interseccionalidade ter perdido as suas bases emancipatórias ao migrar do campo dos movimentos sociais, principalmente negro, e passar para o campo acadêmico. A incorporação desse segundo fez com que o conceito se perdesse em seus próprios termos, negligenciando o princípio da justiça social e seus preceitos éticos. Nessa direção ela aponta um dos fatores que contribuem para essa transformação, que se daria ao fato das universidades se guiarem por uma lógica neoliberal, na qual exalta o indivíduo e a responsabilidade pessoal. A interseccionalidade surge de um polo oposto, que tem como prerrogativa o coletivo e a emancipação social de todos os sujeitos.

Estudar sujeitos dissidentes (que seria a inclusão da temática) não é elemento suficiente para se buscar uma justiça social como bem pontua a autora ao pensar a interseccionalidade. Ao refletirmos sobre essa noção de política emancipatória e justiça social é preciso que esses sujeitos das quais estamos falando de fato sejam incorporados

na academia. É preciso que indígenas lecionem para além de serem estudados. A justiça social será de fato eficiente quando esses próprios sujeitos acessarem esses espaços de poder e a partir dele mobilizar as suas epistemes em prol do que faz sentido para aquele determinado grupo. Incluir novas epistemes aos currículos é em alguma medida produzir elementos para que seja possível a partir de uma emancipação do saber alcançar um equilíbrio ao que chamamos de justiça social, nas quais saberes distintos poderão ser vistos como tão válidos quanto àqueles apresentados e difundidos como hegemônicos.

Raewyn connell em uma de suas falas no primeiro *congresso internacional do ensino de ciências sociais*, que aconteceu em Brasília no ano de 2023, estabelece a partir da Austrália, local onde a mesma vive, a noção de “*conhecimento dinossauro*” para se referir a disciplinas contidas nos currículos, sejam eles, de base ou universitários que são entendidos por ela como ultrapassados. Ultrapassados no sentido de não mais servir a realidade atual dos fatos, podendo sim em algum momento ter tido alguma eficácia, entretanto no espaço e no tempo atual os mesmos já não conversam com a realidade dos sujeitos. O mesmo acontece com alguns tipos de conhecimentos ocidentais que pouco ou nada servem para compreender as realidades outras. Citarei por exemplo o Oriente, em que na maior parte das vezes só pode ser compreendido a partir de seus próprios termos, para não correr o risco de falar de si a partir do outro. Said (2002) deixa isso muito evidente no seu livro “*orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*” ao descrever o Oriente como uma invenção ocidental que de fato não converge com a realidade empírica desses povos.

Na apropriação do termo em questão quero deixar bem claro que o que busco dizer é que o conhecimento ocidental possui (não direi poucos, nem muitos) elementos que não servem para analisar a realidade atual dos fatos. Nesse sentido, é preciso que esse tipo de episteme seja atualizada (no tempo e no espaço). Com o intuito de reforçar a minha posição, o entendido como “conhecimento dinossauro” certamente existe em todos os contextos, visto que, conforme a cultura se reconfigura, as formas de compreendê-la também deve acompanhar esse processo. Desse modo, em todos os grupos sempre haverá conhecimentos que possuem pouca ou nenhuma aplicabilidade ao período histórico atual, fazendo-se necessário a criação de novos mecanismos para suprir determinada lacuna. Dito isso, fica evidente que esse tipo de conhecimento “ultrapassado” não é uma

exclusividade ocidental, por isso a incorporação de distintos saberes são cruciais para o enfrentamento dessa questão.

Considerações finais

Por se tratar de um ensaio, o presente escrito faz em grande medida conjecturas do que poderia ser esse processo de inclusão de um campo pluriépistêmico ao currículo, como também quais seriam as implicações positivas disso. A aplicabilidade desse projeto certamente se dará (caso aconteça) em pequenas dimensões e assim se ramificando de maneira orgânica aos espaços acadêmicos. Como estou lidando com hipóteses, certamente é preciso que elas sejam colocadas em práticas para testarmos a sua aplicabilidade para além do campo das ideias. Entretanto, tem-se como exemplos concretos pessoas que já aplicam esse modelo ao lecionarem, e justamente por ter isso em vista é algo que pode sim em alguma medida ser replicado em outros espaços de ensino, no caso em questão, no currículo propriamente dito.

Já citado aqui, o professor da universidade de Brasília- UnB, José Jorge de Carvalho é um dos pioneiros a fazer essa inclusão em suas disciplinas. Não somente há temas, como também não há apenas visitas desses grupos pelas quais nos debruçamos até o momento. O que o mesmo faz é possibilitar que esses sujeitos possam ministrar aulas a partir dos saberes que eles detêm, apresentando assim aos alunos novas perspectivas e olhares para as inúmeras temáticas propostas.

Inserir essa proposta ao currículo, ao menos como um ponto de atenção (seja pela ministração de aulas esporádicas), é de alguma forma uma maneira de incluir ao campo acadêmico novas epistemes que podem colaborar com o alargamento da academia no sentido de “abrir o leque” para novas fontes e formas de compreender os sujeitos e as relações entre eles.

Para finalizar essa tentativa de uma elaboração que pretende evidenciar um cenário alternativo em relação a produção do currículo, creio ser de suma importância manter uma postura otimista frente a esses enfrentamentos no que diz respeito a produção do conhecimento. Paulo Freire (1992) se faz imprescindível aqui para pensarmos a ideia de “esperançar” enquanto uma possibilidade de se juntar com outros para fazer de outros modos algo que é entendido como um elemento que necessita passar por mudanças. Mudanças essas que tem como finalidade aqui reforçar ou conferir efetividade prática na

vida dos sujeitos, evidenciando é claro a justiça social, visto que, incorporar esses novos sujeitos e suas epistemes é de alguma maneira legitimar a sua capacidade e reconhecer a importância da sua presença no campo do ensino de modo geral.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; editora Jandaíra, 2020.

CARDOSO DE CLIVEIRA, roberto. **O índio e o mundo dos brancos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

CARVALHO, José Jorge de. **Epistemômetro**. Uma metodologia para a descolonização e transformação do currículo das universidades brasileiras. *Pragmatizes - revista latino-americana de estudos em cultura*, Niterói/RJ, ano 13, n. 25, p. 302-345, set. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução?** Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 6-17, jun. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São paulo: paz e terra, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª edição. Editora lamparina, 2019.

JORDAN, June. **Technical difficulties: africanamerican notes on the state of the union**. New Work: Pantheon Books, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas sandwich**. Coleção antropologia social. Rio de janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: editora Companhia das Letras, 2002.